

EDITORIAL

A revista *Pensar a Prática*, há mais de duas décadas, tornou-se um importante veículo da produção científico-acadêmica da Educação Física e Ciências do Esporte no Brasil, a partir de um projeto editorial assentado nos tempos e ventos democráticos que oxigenou o chamado movimento renovador da área. Nascida no interior de uma ainda jovem Faculdade de Educação Física, no âmbito de uma universidade localizada no sertão do país (a Universidade Federal de Goiás), está comprometida com as perspectivas progressistas que animavam o movimento mudancista a partir da década de 1980. A revista emergiu com a identidade editorial vinculada ao objetivo de fazer interlocução direta com aqueles trabalhadores e aquelas trabalhadoras que laboravam nas quadras, ginásios, salas de aulas, campos esportivos e demais *locus* de trabalho da área.

As mudanças recentes no âmbito do sistema universitário brasileiro, determinadas, entre outras questões de ordem socioeconômicas e políticas, pelo crescimento exponencial da pós-graduação da área – e em função das políticas de avaliação baseadas na mensuração da quantidade de artigos publicados por grupos de pesquisa e pesquisadores/as –, alterou e diversificou a política editorial da revista. Não obstante, permaneceram duas importantes diretrizes em seu interior: a primeira diz respeito ao predomínio de uma política editorial que desse espaço para a produção científico-acadêmica das linhas de pesquisa que na Educação Física foram denominadas, convencionalmente, de investigações socioculturais e pedagógicas, isto é, o campo de interlocução com as Ciências Humanas e Sociais na área; a segunda, não menos importante, é o estabelecimento de uma diretriz editorial sensível às formas diversas pelas quais a investigação científica da Educação Física tem problematizado as demandas sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais, o que constitui a *Pensar a Prática* como espaço da “batalha de ideias” em relação às problemáticas mais candentes na sociedade contemporânea.

Na esteira dessas perspectivas, essa seção temática da Pensar a Prática apresenta um dossiê para interpretar o fenômeno da pandemia do novo coronavírus. Com a convicção de que as Ciências Sociais e as Humanidades desempenham um papel central nesta análise, a revista coloca a serviço da sociedade um conjunto de reflexões sobre como o novo ciclo de pandemia atinge e evidencia velhos e novos desafios para a Educação Física.

A pandemia do assim chamado coronavírus descortinou uma nova fase da estrutura societária do capital. Isso significa, se concordarmos com as análises de Mészáros¹, que vivemos um processo de transição/metamorfose dessa estrutura que pode, de fato, se consolidar numa ultrapassagem da forma social do capitalismo para um organismo social muito mais selvagem. O processo civilizatório levado adiante na história pelo revolucionamento das forças produtivas, impulsionadas pelo capitalismo, esgotou suas possibilidades e se tornou um entrave para a própria continuidade dessa forma social.

O fardo do nosso tempo histórico tem apontado que, diante das alternativas dos projetos sociais em vigor – capitalismo moderado, capitalismo neoliberal, capitalismo ultraliberal e neofascismos de diversas espécies –, caso uma alternativa efetivamente anticapitalista não se apresente como uma possibilidade e transitemos muito rapidamente para uma forma social autenticamente humana, baseada na igualdade substantiva e na emancipação do gênero humano, a barbárie seria uma opção fortunada.

O morticídio em escala global perpetrado pela crise sanitária, impulsionada pela pandemia do coronavírus, vem revelando exatamente o fato de que a barbárie se consolida como uma realidade e mais, o modo como o capital e seus prepostos reagiram à pandemia – como é o caso do governo brasileiro, sob a presidência de Jair Bolsonaro – demonstrou que, sob esse ordenamento social, o lucro antecede a vida. As alternativas de recorte (neo)nazifascista

¹ Trata-se das profundas análises desenvolvidas pelo filósofo húngaro István Mészáros sobre os fundamentos incontornáveis e incontroláveis do sociometabolismo do capital que se desdobra, em nossos tempos, numa crise de caráter orgânico e estrutural, que expõe seus limites intrínsecos e sua incapacidade de retomar as vias civilizatórias da sociabilidade do capital. Mészáros, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

como resposta à crise do capital, adornada pelo culto à ignorância, pelo irracionalismo e pela política de morte (a tão decantada necropolítica) são expressões vivas da barbárie.

Portanto, concordamos com as perspectivas² que vêm apontando que a pandemia viral que assolou o mundo desde o ano de 2020, além de uma tragédia sanitária e humanitária em escala global, também se consolidou um tempo-espaço de rearranjo das relações de exploração e de dominação do capital, mediante à elevação de processos de superexploração da classe trabalhadora, de aprofundamento das dinâmicas de opressão racial, de gênero, de sexualidade, de avanço do xenofobismo, relações essas abertamente manifestas nos programas de partidos e movimentos de extrema-direita que têm retomado à cena política em escala global.

A crise sanitária desencadeada pela pandemia do coronavírus se somou a outro conjunto de crises simultâneas que a humanidade enfrenta na atualidade; crise que, em seus diferentes aspectos, é econômico-financeira, geopolítica e militar, energética, alimentar, ecológica, ética e social. Trata-se, antes de tudo, de uma “Crise da Civilização”, com a potencialidade de redesenhar tanto a geografia socioeconômica como a própria história planetária³. Certamente, a crise abre um tempo de incertezas em escala mundial, apresentando o desafio para humanidade de perpetuar a exploração descarada e desalmada, a alienação e a desesperança ou, ao contrário, abrir o caminho marcado pela esperança, um tempo marcado pela abertura da história a mudanças substantivas nas estruturas do sistema⁴.

2 O livro “VV.AA. Sopa de Wuhan. Editorial ASPO. 2020.” apresenta diversas análises, de diferentes autores e perspectivas teóricas, sobre os desdobramentos histórico-sociais da pandemia do coronavírus, destacando ou o aprofundamento da crise sistêmica do capital ou a sua tentativa de acelerar os mecanismos de recomposição das taxas de lucro e de seu poder político. Em “Souza Santos, B. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Almedina, 2020” também encontramos análises nesse sentido.

3 Dierckxsens, W. et al. Século XXI: crise de uma civilização. Fim da história ou começo de uma nova história. Goiânia: CEPEC, 2010. p. 9 passim.

4 A encruzilhada sistêmica que o pós-pandemia apresenta à humanidade é brilhantemente postulada pela análise do sociólogo argentino Atílio Borón. Segundo o autor, se descortina um tempo de conflito aberto que pode se caracterizar pela acumulação mundial de forças no sentido de produção social daquilo que ele denomina de “antessala do socialismo”, fazendo regredir todas as medidas de austeridade pressupostas pelas várias versões do neoliberalismo, ou, avançar com a tragédia de um “capitalismo recarregado”, com medidas mais selvagens de exploração, dominação e opressão. Boron, A. Después de la pandemia: ¿antesala del socialismo o del “capitalismo recargado”? Serviço Social & Sociedade [online]. 2021, n. 140 [Acesso em: 19 nov. 2021], p. 13-29. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.235>.

Embora, neste momento, a pandemia do coronavírus se caracterize a partir de um movimento epidêmico pendular – ao mesmo tempo que a vacinação avança, ocorrem novas ondas de contaminação em várias regiões do globo, especialmente na Europa –, seus desdobramentos revelam uma verdadeira catástrofe, um cenário semelhante a um conflito bélico. De acordo com os dados reunidos pela Organização Mundial de Saúde⁵, em 19 de novembro do ano presente, 255.324.963 casos de covid-19 foram confirmados em todo o mundo, resultando em mais de 5 milhões de mortos. Nessa “maratona” de adoecimento e mortes, o Brasil, atrás apenas dos Estados Unidos e da Índia, é medalha de bronze, ocupando o terceiro lugar em número de casos e de mortes em todo o mundo. 21.977.661 de casos confirmados e mais de 611 mil mortos. Sabemos, no entanto, que a subnotificação dos casos velam a verdadeira face da catástrofe.

Não obstante a situação sanitária caótica do país, temos ainda uma verdadeira tragédia social em razão da assumida política de morte que dá suporte às ações (e omissões) do governo federal. Mais de 19 milhões de brasileiros estão em situação de fome no Brasil hoje, resultado não apenas da pandemia, mas, fundamentalmente, do término ou esvaziamento de programas sociais vinculados à agricultura familiar e ao combate à fome⁶, além do encerramento recente do maior programa de transferência de renda do país, o Bolsa Família. Marcante também é o quadro de desestruturação do mercado de trabalho, que aponta, segundo o DIEESE⁷, para um número superior a 14 milhões de desempregados entre a População Economicamente Ativa do país, indicando o crescimento de famílias em situação de vulnerabilidade.

A opção por uma política de saúde errática e por um posicionamento ideológico negacionista e irresponsável do governo federal, sobretudo na sua principal figura mandatária, o presidente da república, potencializou a tragédia. A estratégia errônea de condu-

5 OMS. WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard. Disponível em: <https://covid19.who.int/>.

6 Alegretti, L. Não é só efeito da pandemia: por que 19 milhões de brasileiros passam fome? BBC News. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57530224>.

7 DIEESE. Condição do mercado de trabalho: indicadores trimestrais, Brasil e estados. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/IndicadoresPrimeirosTrimestresMercadoTrabalho.html>.

zir a política de contenção da pandemia por meio da intenção de atingir a imunidade coletiva (a chamada “imunidade de rebanho”), sem parâmetro científico algum e mesmo sem o mínimo de bom senso, generalizou a contaminação e ceifou milhares de vidas. O governo, na figura de seu presidente, vem sistematicamente minimizando a gravidade da pandemia, estimulando comportamentos inadequados entre a população (como a crítica ao uso de máscaras e às medidas de distanciamento social) e disseminando falsas informações⁸. Nesse cenário, a educação, a saúde e a ciência – e seus agentes, professores, cientistas e profissionais da saúde – se constituíram como alvos da sanha autoritária, negacionista e violenta do governo e de seus apoiadores no âmbito da sociedade civil.

Diante do horror econômico, social, político, cultural e sanitário, o que pode a Educação Física e as Ciências do Esporte? Como essa prática social e seus trabalhadores se situam diante desse cenário conjuntural crítico? Quais os desdobramentos da pandemia do novo coronavírus sobre a Educação Física, os esportes e as demais manifestações da cultura corporal? Como pesquisadores e pesquisadoras da área têm problematizado essas relações e que tipo de respostas às demandas sociais resultantes desse quadro têm se apresentado?

De fato, o conhecimento científico é hoje uma fonte de informação indispensável para analisar as encruzilhadas da história e alertar sobre as novas formas de desigualdades e iniquidades sociais. Nesse sentido, a seção temática é composta por artigos científicos que abordam diferentes dimensões do fenômeno e que suscitam o bom debate com a área.

Goiânia, fevereiro de 2022.
Os editores, Hugo Leonardo Fonseca da Silva, Heitor Martins Pasquim e Heitor de Andrade Rodrigues.

⁸ Ver o seguinte artigo: Calil, G. G. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. *Serviço Social & Sociedade* [online]. 2021, n. 140 [Acesso em: 19 nov. 2021], p. 30-47. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.236>.